

MEMÓRIAS DO COMENDADOR MONTE-NEGRO E DA COLÔNIA NOVA LOUZÃ

Sônia Maria de Freitas¹

O presente texto é produto de pesquisa mais ampla em andamento, que tem como objetivo recuperar a história da presença portuguesa no estado de São Paulo, entre meados do século XIX até os anos 1970. A pesquisa levou-nos à Colônia Nova Louzã e a seu proprietário, João Elisário de Carvalho Monte-Negro. Nascido na vila portuguesa de Lousã, em 1824, chegou ao Brasil em 1840². Aqui foi caixeiro viajante; faleceu em 1915, e foi enterrado na cidade de Pinhal, no Estado de São Paulo.

Partindo do princípio de que o pesquisador constrói a história a partir das memórias - usando as fontes orais e escritas, interpretando-as - , proponho-me aqui apresentar a memória do Comendador Monte-Negro por meio de depoimentos tomados de seus descendentes e daquela deixada por ele em artigos de jornais e relatórios ao presidente da província, e como a imprensa e os políticos da época viam o seus empreendimentos e suas idéias. Pretendemos refletir também sobre a implantação da Colônia Nova Louzã, as idéias e a trajetória do Com. Monte-Negro dentro do contexto mais amplo do processo histórico da imigração para o Estado de São Paulo e, em especial, a imigração portuguesa.

A descoberta da personagem

A primeira referência ao nome Nova Louzã foi encontrada em um pequeno texto produzido para a exposição “Imagens da Imigração Portuguesa no Brasil”, patrocinada pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d’Oeste, em 1992. O texto apenas mencionava que existira uma colônia de portugueses chamada Nova Louzã. A confirmação da existência dessa colônia foi feita pelo octogenário Monsenhor Sena, que atendia à região de Campinas e, hoje, responde pelo arquivo da Cúria de Campinas.³ A colônia Nova Louzã é onde hoje funciona a Usina Santa Terezinha, antiga propriedade da família Vergueiro Leite. Pusemo-nos a caminho de Pinhal, com parada na Usina.

Em Pinhal, na biblioteca do Museu Abelardo Vergueiro Cesar, tivemos contato com algumas publicações sobre a cidade de Pinhal e nelas surgiram as primeiras informações sobre Monte-Negro: *Albúm de E. S. de Pinhal*, de Pacheco Lessa e Tulio de Campos, editado em 1894; *Albúm de E. S. de Pinhal*, de João Neto Caldeira, publicado em 1914, cópias de matérias publicadas em jornais de Pinhal e de Lousã.⁴

¹ Coordena o Setor de História Oral do Museu da Imigração de São Paulo/Memorial do Imigrante. Artigo publicado na Revista *Arunce*, Lousã .n. 17/19, 2004, ,p 39-53; e na *Revista Munda*, Coimbra, n. 48. nov. 2004 p.42-52.

²Todavia, um passaporte de transito de Monte-Negro, datado de 1 de junho de 1859, fora por nós localizado no arquivo da Universidade de Coimbra.

³ Devo essa informação ao advogado e amigo Paulo Lebre.

⁴ Nessa ocasião, tomamos depoimentos de Lygia Vergueiro Leite, filha do antigo proprietário da fazenda e de Kiko Sucupira, memorialista da cidade de Pinhal. Algum tempo depois, em São Paulo, conseguimos localizar e gravamos depoimento de Nina Montenegro Ferreira, sobrinha-bisneta do Comendador.

O Comendador Monte-Negro⁵ adquiriu a fazenda, a qual deu o nome de Nova Louzã, do capitão Joaquim José de Campos Silva, em 25 de janeiro de 1867. A escritura pública foi lavrada na antiga freguesia de Mogi-Guaçu. Localizava-se a duas léguas e meia da freguesia do Espírito Santo do Pinhal e a três léguas de distância de Mogi-Mirim. Em 1877, Mogi-Guaçu tornou-se município, o mesmo acontecendo com E. S. do Pinhal, que somente dá posse aos seus primeiros vereadores em 1879.⁶ A partir dessa data, as terras de Nova Louzã passaram a integrar este último município. O Comendador teve também uma propriedade conjunta com João Manoel de Almeida Barboza, denominada Nova Colômbia, na região de Campinas. Em nossa passagem por Nova Louzã, pudemos ver ainda ruínas das casas dos colonos, a estação de trem, a sede social, a capela, e o terreiro de café, solidamente construído.

Monte-Negro foi um grande propagandista e discutiu pela imprensa as vantagens da criação da Estrada de Ferro Mogyana, que foi concluída em 6/8/1872 e inaugurada em 11/8/1872.⁷

Após dois meses de pesquisa, conseguimos localizar a sobrinha-bisneta de João Elisário de Carvalho Monte-Negro, Nina Montenegro Ferreira que nos recebeu em sua residência na tarde do dia 29/11/2001. Em seu depoimento, Nina falou sobre sua infância e sua família, de seu convívio na comunidade portuguesa, da importância dos portugueses para a história do Brasil, mas de forma especial do “tio João”. Da distribuição de seus pertences aos membros da família. Mostrou-me com orgulho alguns deles que ficaram com a sua mãe: o livro de registro de visita à Nova Louzã, no qual consta a assinatura de D. Pedro II, algumas fotografias, utensílios de cozinha, como açucareiro e compoteira. Uma edição de *Os Lusíadas* de 1880 e do *Cancioneiro da Vaticana* de 1878. O álbum de fotografias também guardava um recorte de jornal de 1968, quando ela esteve com sua mãe representando a família nas comemorações do Centenário de Nova Louzã, organizadas pela Prefeitura de Pinhal. Entre os presentes, o arcebispo de São Paulo, o cardeal Agnelo Rossi, o Cônsul Geral de Portugal, Luis Soares de Oliveira, o secretário da Agricultura, Hebert Levy, o Prefeito de Pinhal, Helio Vergueiro Leite (antigo proprietário da fazenda), e outras. Na ocasião, foi lançada a pedra fundamental da igreja de São João Batista, na Vila Montenegro em homenagem a Monte-Negro. Conta que da família herdou o amor a terra, tanto que comprou um sítio em Itupeva, que foi batizado de “Quinta Montenegro” em homenagem ao tio João, e que chegou a plantar cinco mil pés de uva. Homenageia também ao avó, proprietário de uma quinta em Portugal, onde colhia uva e cantava com as camponesas quando era criança.

⁵ Suas idéias aqui apresentadas constam da: Memória sobre a fundação e estado actual da fazenda da Nova Lousã, Diário do Rio de Janeiro, 1870; *Opúsculo*: a Colonia Nova Louzã, fundada por João Elisário de Carvalho Monte-Negro em 1867. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1872.; e *Colônias Nova-Louzã e Nova Colombia* – Relatório apresentado ao exmo. Sr. Dr. Presidente da Província de São Paulo, em 6 de fevereiro de 1875, por João Elisário de Carvalho Monte-Negro. São Paulo: Typografia da Província de São Paulo, 1975.

⁶ Cf. Rizzoni, Ernesto et alli. *Poliantéia do Centenário de Pinhal*: 1849/1949. Pinhal. 27 de dezembro de 1949. Martins, Roberto Vasconcellos. *Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Pinhal*: história de Espírito Santo do Pinhal. Pinhal: Edição do Autor, 1986.

⁷ Montenegro, Carlos Breyne. *Nova Louzã*: o primeiro estabelecimento agrícola de braços livres na Província de São Paulo. São José dos Campos, 1977. p. 125. Mimeogr. A cópia desse texto, bem como de algumas fotografias, foram gentilmente cedidas por Nina Montenegro Ferreira.

Sobre o nosso personagem, as suas memórias guardam várias histórias contadas por seu avó e por sua mãe, pois Nina não teve acesso aos textos escritos por Monte-Negro. De sua passagem por Lousã, Portugal, lembra-se que a foto do tio encontra-se afixada na parede da biblioteca pública e da Santa Casa, instituições que ele ajudou a fundar. Entre os seus pertences estavam também a comenda com a qual Monte-Negro foi agraciado e uma medalha de mérito que ele costumava distribuir aos empregados por sete anos de trabalho. Segundo Nina, os sete anos se referem a uma poesia de Camões que louva o trabalho.⁸

Nina fala do tratamento e de salários para os negros e brancos:

“Não havia escravos. Ela já tinha dado alforria e já eram empregados com salário. Então, todos eram iguais: os negros e os brancos da Louzã, ganhavam a mesma coisa de acordo com as funções deles, todos tinham horário de trabalho, horário para ir a missa, colégio obrigatório para as crianças e horário para dormir. E parece que tinha uma vendinha ... eles tinham que levantar cedo para trabalhar no dia seguinte, então não podiam ficar na venda conversando, ou bebendo.”⁹

Segundo relato de Carlos B. Montenegro – outro descendente - o uso do sobrenome separado em partes pelo tio foi para caracterizar desaprovação e a sua não participação no grupo da família que se unira aos partidários da dominação e da violência “guerra dinástica entre liberais e o regime dominador abatido em 1820”. O pai dele e o irmão Daniel também tiveram a mesma atitude.¹⁰

Monte-Negro por ele mesmo

De acordo com o *Opúsculo* e com o *Relatório ao Presidente da Província* de autoria de Monte-Negro, ele condenava o trabalho escravo, defendia o trabalho livre assalariado e considerava que:

“(...) nenhuma terra pode ter liberdade civil, enquanto não existir a liberdade do trabalho e a dignidade, de que os empregos respeitáveis devem ser revestidos”.¹¹

Monte-Negro reivindica para si o papel de pioneiro, e os jornais de época também o consideram o pioneiro na adoção total do trabalho livre assalariado em São Paulo:

“Os empregados são todos naturaes da comarca da villa de Louzã, em Portugal. Vencem jornal mensal os homens a 14\$000 rs. durante o primeiro

⁸ Trata-se do soneto XXIV de Luis de Camões, *Obras completas*. Porto: Lello, 1970. p. 15. Soneto inspirado em personagens bíblicos. Ver Bíblia Sagrada, Livro Gênese, Versículo 29: O duplo casamento de Jacó.

⁹ Depoimento à autora, realizado em sua residência, em São Paulo, em 29/11/2001.

¹⁰ Montenegro, C. B. op. cit. p. 21.

¹¹ Cf. *Colônias Nova-Louzã e Nova Colombia*, op. cit. p. 63.

anno, e d'ahi em diante a 18\$000 rs. por mez. Os menores ganham segundo suas habilitações, e as mulheres a 8\$000 rs. por mez (...)"¹²

Para ele o sistema de salário mensal adotado no estabelecimento era:

“o único systema que deixa de produzir descontentamentos nos colonos, causar ou dar azo a queixas e até sérios motins, como tem sido exemplo vivo algumas colonias d'esta bella provincia. O immigrante, que vem justo por salario, já sabe qual o interesse, que deve auferir, deixando de ser imbuído de promessas artificiosas, como é norma empregar-se para com aquelles, que são contractados, segundo o systema de parceria, que, salvo raras e honrosas excepções, só tem servido para desacreditar a colonisação na Europa”.¹³

Quanto a disciplina em Nova Louzã, abordada acima por Nina Montenegro, as relações de trabalho na fazenda eram regidas por um rigoroso regulamento. Constituído de 26 artigos, foi “discutido e aprovado na assembléa dos empregados da casa, em 6 de Agosto de 1872”. Consta do *Opúsculo* e do *Relatório ao Presidente da Província*. Esse regulamento ‘administrativo e policial’ estabelecia direitos e deveres dos trabalhadores, penalidades e recompensas. A instância máxima era a assembléa, onde se decidia ‘qualquer questão mais grave que se suscitar na Colonia entre os empregados da mesma, será ventilada e decidida na assembléa ou congregação dos empregados da casa’ (Art. 2º). O voto era secreto e “fazem parte da assembléa e nella têm voto deliberativo, todos os empregados da casa, d'um e d'outro sexo, com tanto que os homens sejam maiores de 18 annos, e as mulheres de 16” (Art. 3º). As mulheres tinham direito de participar e votar nessas assembléas deliberativas. A colônia dispunha de escola para adultos e crianças, capela, médico.

A fazenda conta com curso de alfabetização para adultos e crianças: “Todos os empregados serão admitidos á escola, seja qual for o seu sexo ou idade, mas só serão obrigados a frequentar a mesma, os menores de 7 a 14 annos, salvo se seus superiores a isso se oppuzerem. O chefe do estabelecimento continuará a fornecer á sua custa os objetos precisos, além de luzes, livros, tinta, papel, etc.” (Art. 14).

Segundo o Regulamento era expressamente proibido: “Tirar qualquer qualidade de fructa, legume ou cousa que o valha, quer seja da fazenda, quer seja de empregados da mesma. Multa de 2\$000 réis”; “Fazer barulho á mesa, proferir palavras indecentes e tocar ou servir-se dos pratos dos companheiros. Multa de 500 réis”; “Sahir do estabelecimento sem ordem do chefe, e na sua falta do feitor. Multa de 1\$000 réis”; “Fazer barulho ou assuada depois do toque de recolher, passeiar nos quarteis, de tamancos, fallar alto, tocar qualquer instrumento, ou proceder de qualquer modo que interrompa o silencio e incommode os companheiros. Multa de 1\$000 réis”; “Dar signaes falsos no sino, ou mesmo em horas proprias, não se achando encarregado desse serviço, salvo em casos de incendio, ou ameaçando chuva, se houver café ou qualquer

¹² Idem, p. 15.

¹³ Monte-Negro, J.E.C. *Opúsculo*. p.2.

genero nos terreiros. Multa de 500 rs”; “Jogar cartas ou qualquer outro jogo a dinheiro ou a cousa que o valha. Multa de 500 rs.” (Art. 24^o).

A fazenda contava com uma “Caixa de Beneficiencia” para socorrer os empregados doentes ou inválidos por velhice que tivessem a necessidade de retornar à terra natal. Os empregados que ali permanecessem por sete anos recebiam uma passagem de Santos a Lisboa como prêmio.

O café era a principal cultura em sua propriedade, com mais de 100 mil pés, mas produzia-se também milho, feijão, arroz, cevada, centeio, trigo, frutas, especialmente, a uva. Com um solo de boa qualidade do tipo massapé, obtinha-se boa produtividade, e empregava-se adubos naturais constituídos de estrume de cavalo, carneiro e galinha. Em 1875, a colônia contava com 93 pessoas, todas da comarca de Lousã, Portugal, contratadas por sistema de salários. Em seus textos, o Comendador não faz referência aos escravos ou ex-escravos de Nova Louzã.

Nessa época, vigorava o sistema de parceria que gerou revoltas, queixas, reclamações de autoridades consulares estrangeiras, denúncias pela imprensa. O governo da Prússia promulgou em 1859, o Ato de Heydt, que logo foi estendido a outros Estados alemães, proibindo a imigração para o Brasil devido às denúncias de maus-tratos. Esse decreto só foi revogado em 1896, e foi novamente autorizada a imigração, mas somente para a região Sul. Monte-Negro considerava o sistema de parceira, a escravidão e a falta de legislação os grandes embaraços à imigração para o Brasil. Para ele, o sistema de contrato de parceria só tinha resultado em:

“(…)descontentamentos, queixas, motins, reclamações de auctoridades consulares estrangeiras, a intervenção mesmo da auctoridade do paiz, discussões amargas, e algumas vezes até inconvenientes pela imprensa, etc. etc.”¹⁴

Paradoxalmente, Monte-Negro, embora fazendeiro, era contra o latifúndio defendendo a divisão de terras; afirmava que só a pequena propriedade podia salvar o país:

“(…) A grande propriedade já teve a sua epocha. Foi um meteóro, cujo rasto breve de todo desaparecerá. Ainda há pouco mais de quatro annos muita gente boa e de juizo agudo nos chamou de – utopista. Onde estará actualmente a utopia, em nós, ou naquelles que professam idéias contrarias ás nossas em materia de trabalho livre? O futuro o dirá”.¹⁵

Defensor da imigração, tinha idéias liberais e bastante avançadas para a época. De acordo com Carlos Breyne Montenegro, sobrinho-bisneto, que fez um estudo sobre Nova Louzã, seu tio sofreu influências da Revolução Francesa, da democracia instaurada nos Estados Unidos, mas que ele era, acima de tudo, um humanista. Nas palavras transcritas

¹⁴ Ibid., p. 17.

¹⁵ Ibid., p. 19.

abaixo, percebemos uma dimensão humana muito forte, em que salienta que a integração do homem através da fraternidade deve estar acima de interesses partidários. Segundo Monte-Negro:

“Os homens não deveriam se preocupar tanto com o nome do sistema ou do regime filosófico, religioso ou político, dos quais suas concepções floresceram. O nome é apenas um rótulo a indicar um rumo ou um caminho. Apenas um símbolo genérico que pode abranger infinita multiplicidade de variedades. O que importa realmente é a identidade da compreensão mais íntima que poderá nos conduzir a essa integração dos homens através da fraternidade, única talvez capaz de tornar a vida mais digna e mais feliz de toda a humanidade, ao ascenderem e pairarem os homens acima dos sistemas e dos partidos que se separam e que favorecem uns em detrimentos de outros”.¹⁶

Fez várias ações beneficentes em Lousã e em Pinhal. Nina destaca que o tio era muito religioso e que dava muita importância à educação, saúde e religião. Outro fato curioso da vida de Monte-Negro é que ele não exerceu nenhum cargo público ou político. Aliás, condenava qualquer forma de organização partidária. As palavras abaixo definem bem as suas idéias:

“Os homens necessitam mais de auxílio do que de domínio. De orientação e de compreensão do que de coação. De liberdade com responsabilidade consciente, do que de garantias concedidas em troca de espoliação de seus direitos e da alienação do seu pensamento. De instrução e de educação que lhes permitam compreender, julgar e decidir, do que da imposição de fórmulas feitas e do tranqüilo servilismo da ignorância.

Somente com auxílio, cooperação, compreensão, liberdade com responsabilidade, paralelamente à instalação de um amplo sistema de instrução e educação, cujo limite seria a capacidade de cada um para recebê-las e, sobretudo, pela dignificação do trabalho e do ser humano, liberta a maioria dos homens da exploração por minorias, poderá ser tornada grande, no concerto das nações, a grande pátria brasileira”.¹⁷

D. Pedro II visita Nova Louzã

D. Pedro II visitou Nova Louzã, em 16/9/1878. O Diário de Campinas fez um retrospecto desta visita publicando em 26/3/1887 que:

“A comitiva do Imperador D. Pedro II era grande. Entre os que acompanhavam Sua Magestade encontravam-se o Barão de Maceió, seu médico, o Conde de Iguassú, o Dr. Carvalho de Moraes e o Conselheiro Sinimbú. De Mogy-Guassú, onde foi recebido pelo Comendador Monte-

¹⁶ Citado por Montenegro, C. B., op. cit. p. 75.

¹⁷ Citado por Montenegro, C. B., op. cit. p.174.

Negro ao desembarcar do trem às 8:00 horas, dirigiu-se de trole coberto à Nova Louzã, acompanhado da comitiva alojada em mais de sete troles, fazendo o percurso em pouco mais de duas horas”.¹⁸

Nova Louzã tornou-se uma fazenda modelo, citada pela imprensa paulista e carioca da época e por políticos da Assembléia Legislativa. Em 22 de julho de 1875, o jornal *A Província de São Paulo* publica uma matéria bastante favorável ao sistema adotado em Nova Louzã em que comenta sobre o embarque de 5 colonos para Lousã com viagem à custa do proprietário, como prêmio pelos anos de dedicação naquela fazenda. Outros jornais saem em defesa de Nova Louzã, entre eles, se destacaram: *A Gazeta de Campinas*, *Diário de São Paulo*, *Jornal do Comércio*. Ele também usava a imprensa para defender as suas idéias. De 1867 a 1880, contribuiu com diversos artigos, defendendo o trabalhador agrícola, interesses da Baixa Mogiana, divulgava novos processos de cultura, o problema agrário no Brasil, defendia a imigração e condenava a escravidão. Chegou a assinar alguns artigos como Julio de Arouce, fazendo referência a Lousã, a sua terra natal.¹⁹

Simpatizantes e opositores: abolicionistas X escravocratas

É claro que ao defender a imigração, o trabalho livre assalariado e condenar o trabalho escravo, Monte-Negro acabou deparando-se com simpatizantes e opositores. Entre os primeiros, estavam principalmente os abolicionistas e os defensores da imigração. Como já é sabido, foi longo o processo que culminou na abolição da escravidão em 1888. Foi uma luta que envolveu um debate parlamentar, mobilização de intelectuais, fugas, prisões e mortes. O segundo grupo era formado por latifundiários escravocratas, comerciantes, banqueiros, importadores, exportadores, comissários.

O número de escravos nas mãos de fazendeiros paulistas era surpreendente, considerando-se que o tráfico havia sido proibido em 1850, a Lei do Ventre Livre decretada em 1871 e a dos Sexagenários, em 1885. A historiografia faz referência à aquisição, por fazendeiros paulistas e cariocas, de escravos de outras regiões brasileiras decadentes economicamente.

A *Collectoria de Rendas Provinciaes de Campinas* publica em 2 de janeiro de 1885, no *Diário de Campinas*, um edital com o nome de 1.453 proprietários de escravos, o número de seus respectivos escravos e a taxa a ser paga por escravo (5\$ para cidade e 3\$ para o campo), como determinava o Imposto Provincial, criado pela Lei n. 25 e 26, de 28 de março de 1884, regulamentada pela de 30 de junho do mesmo ano. Cerca de 40 fazendeiros possuíam mais de 50 escravos, alguns deles chegando a ter 100, 200, 300, até 661 escravos. A maioria das residências da cidade possuía de 1 a 5 escravos. Esses dados são elucidativos e dão uma idéia do quanto a mão-de-obra escrava ainda representava para os cafeicultores daquela cidade, três anos antes da Abolição.

¹⁸Citado por Montenegro, C. B., op. cit. p. 171.

¹⁹Louzã situa-se a 20 quilômetros de Coimbra. Diz a lenda que a antiga vila de Louzã, Portugal, foi fundada pelo rei Arouce, que se refugiou nas florestas, em companhia da filha, D. Peralta, para fugir dos invasores bárbaros. Há vestígios desses antigos povos, entre eles, destaca-se o seu castelo conhecido por Arouce. Cf. Aranha, Brito. *A Vila e o Castelo da Lousã. Artes e Letras*. Lisboa, n. 8 (1872), p. 123-125.

Não será sem motivos que do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro partiu uma ferrenha resistência à emancipação dos escravos e, mais tarde, à implantação do regime republicano. Entre os monarquistas restauradores estavam muitos latifundiários, antigos políticos de expressão, obscuros políticos da província, funcionários vinculados à burocracia, denominados por Janotti (1986: 9) como os 'subversivos da república'.²⁰

Bem a propósito dessa questão, o *Álbum de Espírito Santo do Pinhal*, nos revela que em Pinhal houve um movimento de resistência ao regime republicano, tendo alguns monarquistas se rebelado e enviados presos para a capital paulista, em 1902, ou seja, 13 anos após ter sido proclamada a República brasileira:

“Em 1902, lavrava em todo o país uma conspiração, tendo em mente a restauração monarchica... Conquistando adeptos aos milhares, o movimento parecia destinado a triumphar, tendo sido designado o dia 23 de agosto para a sua deflagração.

Entretanto, por motivos varios foi deliberada a transferencia do surto revolucionario para época mais oportuna, mas o aviso não chegou até o monarchistas do Pinhal e de Ribeirãozinho (hoje Taguaritinga) pelo que, na madrugada do dia citado, foi proclamada a monarchia em ambos os municipios.

Os pinhalenses depuseram as autoridades legaes, tomando posse de todos os cargos publicos. Agindo com extraordinaria energia, o governo estadual conseguiu que os monarchistas depusessem as armas 36 horas após, tendo sido presos e conduzidos para S. Paulo os srs. Dr. Haddock Lobo, José Ribeiro de Oliveira Motta, Barão de Motta Paes e dr. Carolino Ferreira da Silva, mais tarde postos em liberdade”.²¹

Curiosament, no dia 16 de abril de 1888, grandes festejos populares comemoraram a abolição da escravatura na cidade, 28 dias antes que a princesa Isabel sancionasse a lei abolindo o regime de escravidão no Brasil.²²

Monte-Negro e a cidade de Pinhal

Sobre a relação de Pinhal com Monte-Negro, o *Álbum Espírito Santo de Pinhal* de Caldeira (1936: 61, 64, 82, 100) nos dá algumas pistas, ao destacar as suas atividades beneméritas na cidade:

“Em 18 de julho de 1888, fundou-se, por iniciativa do snr. Commendador Monte Negro, a Villa Monte Negro, hoje grande arrabalde pinhalense”.

“Em 24 de junho do mesmo anno, por iniciativa do snr. Evaristo Ferreira Lobo, foi fundado o Gremio Portuguez, tendo como presidente honorario o sr. Commendador Montenegro”.

²⁰ Cf. Janotti, M. de Lourdes Monaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9.

²¹ Cf. Caldeira. , João Neto. *Álbum de Espírito Santo de Pinhal*. São Paulo: , 1936. p. 65-66.

²² Cf. Rizzoni, Ernesto et alli. op. cit.

“Hospital Francisco Rosas – Esta casa de caridade fundada em 8 de dezembro de 1892, tendo tido como primeiros dirigentes o srs. Eduardo Teixeira, Francisco Rosas, commendador Montenegro, dr. Henrique Florence e outros”. “Foi o primeiro provedor do Hospital Francisco Rosas e do Asylo de Mendicidade”. “Presidente honorário de numerosas associações, inclusive a Sociedade Italiana ‘Dante Alighieri’”²³

O mesmo *Álbum* (1936: 68) também destaca a morte de Monte-Negro, alegando que o em 8 de maio de 1915 foi de luto para Pinhal, pois falecera um de seus mais notáveis varões:

“(…) o venerando commendador Montenegro, apóstolo infatigável do progresso local”.²⁴

Monte-Negro aos olhos da imprensa

A imprensa brasileira da época deu um certo destaque às idéias e experiências do Comendador Monte-Negro, sendo essas apresentadas positivamente por alguns jornais, tais como: *A Gazeta de Campinas*, *Diário de São Paulo*, *A Província de São Paulo*, *Jornal do Comércio*. E mesmo depois de ter vendido Nova Louzã em 1888, continuou sendo notícia e homenageado em jornais da cidade de Pinhal: *O Pinhalense*, de 6/2/1908 e 1/12/1910, 7/12/1911, 5/1/1914; *Gazeta do Pinhal* de 24/6/1906; *O Trabalho* de 24/6/1907, 2/12/1911, 5/1/1914; com a manchete *Gloria ao Grande Benemerito do Povo*: Exmo. Comendador Monte Negro em 2/12/1911, 5/1/1914; *Pinhal Illustrado*, de 24/6/1912 (apresenta uma galeria de fotos e dados biográficos de amigos do Comendador Monte-Negro incluindo os já falecidos, todos ilustres personalidades da cidade), *O Correio da Europa*, de 2/1/1908; *A Bandeira Portuguesa* (órgão dos interesses da colônia portuguesa do Brasil), de 23/6/1907.²⁵

Segundo o jornal *O Lousanense*, de 25/6/1903 e 30/6/1904, Monte-Negro virou nome de rua:

“a inauguração solemne das placas que dão o seu nome á rua do Theatro onde e encontra o Hospital de S. João, de sua iniciativa” (...) “Rua do Comendador Montenegro, subindo então ao ar innumeros foguetes e tocando a philarmonica lousanense os hymnos portuguez e brasileiro por entre muitas aclamações e vivas”..

Monte-Negro foi homenageado pelo *O Jornal da Lousã*, de 26 de junho de 1904, que destaca algumas das suas principais contribuições para a cidade:

²³ Cf. Caldeira, op. cit. p. 61, 64, 81, 100.

²⁴ Ibid., p. 68

²⁵ Um fato curioso é que a maioria desses jornais citados e editados em Pinhal foram cópias doadas pela biblioteca de Louzã, Portugal.

“É longa a pauta dos altos serviços que prestou á Louzã, os quaes todos são forçados a reconhecer, quer como iniciador do Hospital de S. João, que conta o seu nome no ceo olympto dos seus bemfeitores, quer no Theatro de que foi um dos fundadores, e quer na Biblioteca Municipal, que enriqueceu com preciosos volumes, que destinava á instrucção dos seus concidadãos, convencidos de que só a cultura dos espiritos pode tornar o homem feliz e preparal-o assim para o grande banquete da regeneração universal”.

O jornal *O Povo da Lousã*, publicado em Lousã, Portugal, apresenta um extenso artigo sobre o illustre personagem da cidade, por ocasião das comemorações do centenário de Nova Louzã, em 11 de maio de 1968:

“É precisamente hoje que, na cidade do Pinhal, Estado de S. Paulo, no opulento Brasil, se presta homenagem à memória de um lousanense que bem merece ser recordado pelo rasto de generosidade que deixou a tapetar os caminhos da sua vida” (...) Monte-Negro, feito Comendador de Nossa Senhora da Conceição, por El-Rei D. Luis, em 1870 (...)”

O irmão: José Daniel vigário de Pinhal

O irmão do Comendador, José Daniel foi vigário na paróquia de Pinhal, tornando-se um grande defensor da causa abolicionista e muito estimado pela população. Segundo a *Poliantéia* do Centenário de Pinhal:

“Em 1879, era vigário da paróquia o padre Dr. José Daniel de Carvalho Monte Negro, sacerdote de grandes virtudes e muito estimado dos seus paroquianos. Tendo sido transferido para Penha do Rio do Peixe, hoje Itapira, segundo determinação dos altos poderes eclesiásticos, a Câmara de Pinhal, por delegação do povo, solicitou e obteve de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo Diocesano, a revogação do ato, enchendo de grande júbilo a população”.²⁶

O fato de alguns países terem proibido a imigração para o Brasil, devido aos maus-tratos e endividamento, não mudou as condições do colono e muito menos a mentalidade dos fazendeiros. Os jornais da época mostram isso. Essa situação levou o governo imperial a realizar sindicâncias nas fazendas e o resultado foi a constatação da veracidade das queixas. Vários artigos foram publicados, entre fevereiro e março de 1874, no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, apontando tais abusos por parte dos fazendeiros.

Monte-Negro: um desafio à historiografia brasileira

A historiografia brasileira fez poucas referências a Monte-Negro. Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio à obra de Thomaz Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil* (1972: 42-43), embora sem aprofundamento, apresenta a experiência da Colônia Nova Louzã de forma positiva. Emilia Viotti da Costa, no clássico *Da Senzala à Colônia*, cita

²⁶ Cf. Rizzoni, Ernesto et. alli., op. cit.

que os empregados de Nova Louzã “recebiam um jornal mensal de 14\$000 no primeiro ano e, nos anos seguintes 18\$000”²⁷. Paulo Miceli apresenta Monte-Negro através de um texto de sua autoria (*Opúsculo*), como uma curiosidade histórica em virtude de suas idéias, mas sem contextualizá-las.²⁸

Homem à frente de seu tempo, utopista ou visionário? Algumas idéias defendidas por Monte-Negro se concretizaram como a propagação do trabalho livre assalariado e a vinda de milhares de trabalhadores estrangeiros para os cafezais paulistas. Entre esses imigrantes estavam os portugueses. A partir de 1880, período conhecido como o da grande imigração, o Brasil tornou-se o principal destino desse povo.

Sem dúvida, a experiência de Nova Louzã transformou-se em um símbolo dos ideais de liberdade, e ocupa uma posição histórica na luta entre os abolicionistas e os escravocratas, colaborando na instituição do trabalho livre no país. Papel esse ainda não reconhecido pela historiografia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972.
- . DUNAWAY, David, BAUM, Willa K. (eds.) *Oral History: an interdisciplinary anthology*. Nashville, American Association for State and Local History, 1985.
- . FREITAS, Sônia Maria de. *E chegam os imigrantes: o café e a imigração em São Paulo*. São Paulo: Editora Chevalier, 1999.
- . _____. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas-USP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- . MEIHY, José C. Sebe B. (org.) *Re-Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- . JANOTTI, Maria de L. Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- . LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec/Instituto Camões, 2001.
- . REVISTA OCEANOS. Portugueses no Brasil independente. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. n. 44, out./dez. 2000.
- . PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa da emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981..
- . PLUMMER, Ken. *Documents of life: an introduction to the problems and literature of a humanistic method*. Londres: George Allen & UnWin, 1983.

²⁷ Cf. Costa, E. V. da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 148-149.

²⁸ Cf. Miceli, Paulo. Um fazendeiro contra o latifúndio. D.O. *Leitura*, ano 9, n. 103, dez. 1990, p. 2 e 3. Esse artigo foi também publicado na Separata de *Aruance: Revista de Divulgação Cultural*, n. 5/6, jan./dez. 1991.

- . SAMUEL, Raphael. THOMPSON, Paul. (orgs.) *The myths we live by*. London: Routledge, 1990.
- . _____. Perils of the transcript. In: PERKS, R. THOMSON, A. (ed.) *The oral history reader*. New York: Routledge, 1998.
- . SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*, 4^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.